

Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras.

Márcio Santos Sampaio (UNEB) - marcio_sampaio1@hotmail.com

Sonia Maria da Silva Gomes (UFBA) - songomes@ufba.br

Adriano Leal Bruni (UFBA) - albruni@gmail.com

José Maria Dias Filho (UFBA) - zemariadias@uol.com.br

Raimundo Nonato Lima Filho (UFBA) - raimundolima@ufba.br

Resumo:

Este trabalho investigou a eventual presença de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração, verificando até que ponto o volume de evidenciação de informações dessa natureza são semelhantes. Para tanto, estabeleceu-se quatro grupos de indicadores em consonância com os procedimentos fixados pela Norma Brasileira de Contabilidade T-15 e outras recomendações dos Institutos Ethos e Ibase, além das diretrizes estabelecidas pelo Global Reporting Initiative (GRI) para elaboração dos relatórios anuais e de sustentabilidade. Foram analisados 45 relatórios anuais e de sustentabilidade no período de 2005 a 2009. A técnica estatística utilizada para dar suporte ao tratamento dos dados foi a análise de variância, buscando comparar as médias obtidas para cada item que formava os grupos dos indicadores. Os resultados permitiram verificar um aumento no volume de informações socioambientais no período analisado, o que reforça o pressuposto da Teoria da Legitimidade. Ademais, a pesquisa também fornece evidências que permitiu verificar parcialmente a presença de isomorfismo com relação aos indicadores sociais internos e externos nos relatórios anuais e de sustentabilidade. Não foi possível verificar um processo isomórfico entre os indicadores ambientais e de atendimento às diretrizes do GRI nesses relatórios. Estes resultados apontam para a necessidade de uma maior discussão com relação à regulação da evidenciação de informações socioambientais em busca de uma padronização que possibilite análises mais seguras para processo decisório de investidores e outras partes interessadas.

Palavras-chave: *Disclosure Socioambiental; Legitimidade; Empresas Mineradoras.*

Área temática: *Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social*

Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras.

Resumo

Este trabalho investigou a eventual presença de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração, verificando até que ponto o volume de evidenciação de informações dessa natureza são semelhantes. Para tanto, estabeleceu-se quatro grupos de indicadores em consonância com os procedimentos fixados pela Norma Brasileira de Contabilidade T-15 e outras recomendações dos Institutos Ethos e Ibase, além das diretrizes estabelecidas pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) para elaboração dos relatórios anuais e de sustentabilidade. Foram analisados 45 relatórios anuais e de sustentabilidade no período de 2005 a 2009. A técnica estatística utilizada para dar suporte ao tratamento dos dados foi a análise de variância, buscando comparar as médias obtidas para cada item que formava os grupos dos indicadores. Os resultados permitiram verificar um aumento no volume de informações socioambientais no período analisado, o que reforça o pressuposto da Teoria da Legitimidade. Ademais, a pesquisa também fornece evidências que permitiu verificar parcialmente a presença de isomorfismo com relação aos indicadores sociais internos e externos nos relatórios anuais e de sustentabilidade. Não foi possível verificar um processo isomórfico entre os indicadores ambientais e de atendimento às diretrizes do GRI nesses relatórios. Estes resultados apontam para a necessidade de uma maior discussão com relação à regulação da evidenciação de informações socioambientais em busca de uma padronização que possibilite análises mais seguras para processo decisório de investidores e outras partes interessadas.

Palavras-Chave: Disclosure Socioambiental; Legitimidade; Empresas Mineradoras.

Área Temática: Gestão de Custos Ambientais e Responsabilidade Social

1. Introdução

Recentemente tem-se observado um aumento no nível de evidenciação de informações socioambientais. A elevação na quantidade de disclosure socioambiental reflete a preocupação das organizações de serem percebidas como entidades responsáveis perante a sociedade e o ambiente onde desenvolvem suas atividades. Assim, a publicação dessas informações tem funcionado como instrumento de legitimidade, uma vez que a pressão sobre as empresas estão também associadas a esse processo de divulgação de natureza social e ambiental.

Neste sentido, principalmente as organizações que são percebidas pela sociedade detentoras de um maior potencial de interferir negativamente no ambiente, tem praticado um maior volume de *disclosure* de informações desta natureza. Esse fenômeno tem proporcionado um aumento das pesquisas em diversas áreas do conhecimento, não sendo diferente na área contábil.

Diversos estudos buscam analisar a evidenciação voluntária relacionadas com as questões socioambientais, bem como as implicações deste processo. Dentre estes pode-se indicar os trabalhos desenvolvidos por Deegan e Rankin (1996) que procuram explicar as alterações no nível de divulgação de informações ambientais diante de um período de crise para as empresas que estavam sendo responsabilizadas por crimes ambientais. Pesquisadores

como Gray et AL. (1996), Mathews (1993), Patten (1992), Deegan e Gordon (1996) também se destacam pelas contribuições nas pesquisas com esta vertente.

Nascimento et al. (2009) evidenciaram que o aumento nas demandas com relação às questões socioambientais tem impactado diretamente na elevação das pesquisas em contabilidade. Neste estudo os pesquisadores destacaram os autores que mais publicaram nos periódicos internacionais de língua inglesa no período de 1997 a 2007 foram Dennis Patten, Carol Adams, Nola Buhr e Rob Gray. Também, nesse mesmo trabalho ficou evidenciado que a plataforma teórica mais utilizada para sustentar os estudos socioambientais é a Teoria da Legitimidade, que indica a necessidade das empresas serem percebidas como social e ambientalmente responsáveis e continuem operando no ambiente onde estão inseridas a baixos custos. Nessa mesma direção, Mathews (1993) indica que as políticas de evidenciação possuem caráter estratégico influenciando os relacionamentos da organização com as diversas partes interessadas na empresa.

Diante desse contexto considera-se que, dentre outras, as empresas que exploram a atividade de mineração são percebidas como aquelas que possuem maior potencial de gerar grandes impactos para o ambiente no qual estão inseridas e, por isso, tendem a evidenciar um substancial volume de informações voluntárias de natureza socioambiental para obterem legitimidade perante a sociedade.

No que diz respeito à forma de apresentação das informações socioambientais Beets e Souther (1999) afirmam que a ausência de padronização dos relatórios dificulta a análise comparativa. Todavia, sob o aparato da Teoria Institucional, DiMaggio e Powell (1991) desenvolvem o conceito de isomorfismo indicando que sob as mesmas condições ambientais uma determinada unidade da população tende a ser semelhante aos seus pares.

A partir daí é possível supor que empresas do mesmo ramo de atividade estão sujeitas a condições semelhantes, evidenciando de forma parecida os seus relatórios socioambientais. Assim, amparado pelas premissas da Teoria Institucional e do conceito de isomorfismo, pressupõe-se que as características de evidenciação com relação a conteúdo, forma de apresentação e quantidade de informações praticadas pelas empresas de um mesmo setor tendem a ser semelhantes. Nesse sentido, questiona-se: **existe isomorfismo entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração? Ademais: Até que ponto o volume de informações voluntárias de natureza socioambiental evidenciado pelas empresas do setor de mineração são isomórficas.**

Desse modo, buscou investigar a eventual presença de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração. Adicionalmente, pesquisou-se até que ponto o volume de evidenciação de natureza socioambiental de tais empresas são isomórficas. O desenvolvimento desta pesquisa justifica-se pela contribuição para a discussão da utilização da Teoria Institucional como explicativa de alguns aspectos (quantidade e forma de apresentação) relacionados com a divulgação voluntária de informações socioambientais e, conseqüentemente, as implicações sobre os usuários destas informações.

A escolha pela análise dos relatórios anuais e de sustentabilidade das empresas que exploram a atividade de mineração justifica-se pelo fato dos indicadores elencados por esta pesquisa serem fornecidos por meio destes documentos e, ainda, pela congruência com as teorias que dão sustentação a este trabalho.

Além da presente introdução este artigo é formado por outras cinco seções. A próxima seção traz a plataforma teórica utilizada para sustentar o desenvolvimento da pesquisa e a discussão dos resultados obtidos. A terceira seção apresenta um breve contexto sobre o disclosure socioambiental e os relatórios anuais e de sustentabilidade. A quarta seção explica os procedimentos metodológicos utilizados para cumprir os objetivos propostos por este

trabalho. A quinta parte apresenta os resultados obtidos, bem como a discussão e análise de tais resultados, e por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais.

2. Referencial teórico

As interferências socioambientais proporcionadas pelas empresas no contexto onde estão inseridas é um assunto recorrente. Todavia, a crescente preocupação da sociedade nos últimos anos sobre tais assuntos tem impulsionado estas empresas a divulgarem informações voluntárias de natureza socioambiental com o propósito de evidenciarem suas responsabilidades com relação ao cenário onde desenvolvem suas atividades, buscando aceitação dos *stakeholders*. Confirmam essa tendência os trabalhos de Gray, Walters, Bebbington (1995), Deegan e Rankin (1996), Deegan e Gordon (1996), Patten (1992), Gibson e Guthrie (1995), Brown e Deegan (1999).

O trabalho de Meyer e Rowan, sob o título *Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony* (1977) contribuiu para o surgimento de muitos outros trabalhos, que por sua vez, buscaram investigar a ocorrência de algumas práticas, cuja base teórica é de cunho social e institucional. Na opinião de Dias Filho e Machado (2008) a proposta da utilização da Teoria Institucional é analisar a contabilidade e os fenômenos inerentes a ela a partir do contexto em que opera.

Conforme Tolbert e Zucker (2009, p. 200) a análise do trabalho de Meyer e Rowan (1977) proporcionou uma nova forma de visualizar a estrutura formal e a natureza da decisão organizacional. Na opinião dos autores as estruturas adotadas pelas organizações possuem um significado social e com implicações para o público interno e externo a entidade. Uma contribuição que merece destaque é a idéia de que as estruturas formais das organizações estão revestidas de aspectos simbólicos. Assim, a adoção de determinados mecanismos podem proporcionar para a empresa uma imagem institucional de responsabilidade, eficiência, e conseqüentemente, aceitação pelas diversas partes interessadas.

A teoria institucional indica que as organizações necessitam incorporar regras e crenças institucionalizadas para que sejam percebidas como legítimas. Neste sentido, tem obtido destaque os estudos que utilizam a Teoria da Legitimidade para explicar os mecanismos de evidenciação principalmente àqueles de natureza socioambiental. (TOLBERT e ZUCKER, 2009; DIAS FILHO, 2009).

Sob a ótica institucional as práticas contábeis não podem ser visualizadas como neutras, mas sim a partir das interações que realiza com a sociedade. Desta forma, percebe-se que as práticas relacionadas à evidenciação de informações contábeis influenciam e são influenciadas pelas demandas sociais, buscando alinhamento com estas para que sobrevivam no mercado onde realizam suas atividades. (HOPWOOD e MILLER, 1994).

Uma das formas que as empresas têm buscado para alcançar legitimidade tem sido por meio da evidenciação voluntária de informações socioambientais, uma vez que este tipo de informação encontra-se alinhada com as preocupações da sociedade (GRAY, BEBBINGTON e WALTERS, 1993; HOPWOOD, 2009). Entretanto, vale destacar que apesar do crescimento no volume de evidenciação das informações socioambientais, é necessário melhorar a qualidade e a quantidade de informação divulgada, pois na maioria desses relatórios as informações são divulgadas fragmentadas e de forma não integrada. (ADAMS, HILL e ROBERTS, 1998). Deegan e Rankin (1999) apontam para a discussão da impossibilidade de tomadas de decisões mais confiáveis, uma vez a evidenciação destas informações não refletem com precisão os riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades das empresas.

Muitas pesquisas têm investigado os relatórios socioambientais e observado que o conteúdo, o volume de informações e a forma de apresentação diferem em função do tamanho da empresa, da localização e, principalmente, do ramo de atividade que exploram (GRAY et al. 1996; DEEGAN e GORDON, 1996; HACKSTON e MILNE, 1996). Neste sentido Nossa

(2002) afirma que a ausência de falta de padronização dificulta a comparação por parte dos investidores em identificar as empresas que estão mais orientadas para o meio ambiente.

Na pesquisa desenvolvida por Deegan e Rankin (1996) foi verificado que as empresas são mais propensas a apresentar informações em seus relatórios ambientais que sejam favoráveis à sua imagem corporativa, e tendem a omitir informações de natureza negativa que possam impactar em sua legitimidade perante a sociedade. Aerts e Cormier (2009) indicaram que os resultados divulgados pela empresas dos Estados e Unidos e Canadá em seus relatórios de sustentabilidade tem impacto direto sobre a imagem institucional. Clarkson et al. (2008) forneceram evidências empíricas de que existe uma correlação positiva entre o nível de divulgação de relatórios socioambientais e relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes do GRI e o desempenho de cinco empresas poluentes nos Estados Unidos.

Cho e Patten (2007) afirmam que a evidenciação socioambiental é uma ferramenta de legitimação para as empresas, e que, segundo Deegan e Blomquist (2006), pautado nas idéias de Dowling e Pfeffer (1975) e Lindblom (1994), as empresas ganham ou mantêm legitimidade por meio de incentivos na estratégia do uso da comunicação empresarial, incluindo além de informações financeiras, informações ambientais que servem como instrumento de legitimidade.

Apesar da percepção de que as informações socioambientais serem percebidas como instrumento de legitimação, de acordo com Nossa (2002) ainda não existe um consenso sobre quais os conteúdos que devem conter os relatórios socioambientais, e que muitos teóricos defendem que além das informações exigidas legalmente, outras de natureza voluntária devem compor estes relatórios.

As empresas adotam práticas e procedimentos para alcançar legitimidade, atingindo seus objetivos de continuidade no mercado, independente destas práticas serem ou não eficientes. Assim, percebe-se que inexiste uma análise racional dos custos da incorporação de tais práticas com relação aos benefícios que lhe são proporcionados. Todavia, a mensagem transmitida por estas organizações é de racionalidade na medida em que adotam mecanismos que são percebidos como legítimos pela sociedade. Percebe-se, então, que o bom desempenho da organização não está vinculado somente à eficiência de fatores técnicos adotados pela empresa, mas também à capacidade de desenvolver processos isomórficos em cenários de condições semelhantes. (MEYER e ROWAN, 1977).

Direcionados por esta discussão, Dimaggio e Powell aprofundam a idéia do isomorfismo institucional (1983), que aponta para a identificação dos fatores que levam às instituições, suas estruturas e mecanismos a tornarem-se homogêneos a partir de determinadas condições ambientais. (HAWLEY, 1968 apud DIMAGGIO e POWELL, 1983). Na opinião de Dias Filho e Machado (2008, p. 37) o isomorfismo institucional indica que “as organizações refletem uma realidade socialmente construída”. É possível supor que as organizações que exploram atividades semelhantes e estão sujeitas às condições similares de pressões sociais adotam métodos contábeis semelhantes, tornando-se análogos em alguns aspectos.

Segundo Dimaggio e Powell (1983), o isomorfismo é classificado como de três tipos: coercitivo, normativo e mimético. O isomorfismo coercitivo decorre de forças impositivas formais ou não formais sobre uma organização impostas por órgãos governamentais. Um exemplo pode ser visualizado a partir das imposições legais, buscando atender os desejos de uma parcela da sociedade. Todavia, nem todo isomorfismo institucional ocorre por imposições legais, mas também por outros fatores, tais como as incertezas ambientais.

De acordo com Dimaggio e Powell (1983) fundamentados pelas idéias de March e Olsen, quando existem alguns fatores que promovam a incerteza ambiental, algumas organizações tendem a imitar os mecanismos de outras percebidas como eficientes, mesmo que sua adoção implique em maiores custos, seria este o caso do isomorfismo mimético. Este

processo ocorre contrariando o processo da racionalidade esperada pelos agentes, pois neste processo de importação de tais mecanismos não existem maiores reflexões acerca da adequação destes procedimentos.

Já o isomorfismo normativo decorre do poder de entidades reguladoras sobre os arranjos nas estruturas das organizações. Segundo Dimaggio e Powell (1983) esse tipo de isomorfismo provém da profissionalização, que segundo os autores origina-se de um esforço coletivo para controlar produção de procedimentos, definirem condições e métodos de trabalho.

Diante deste contexto e considerando que as empresas que exploram a atividade de mineração estão sujeitas a condições ambientais semelhantes, determinadas práticas e mecanismos contábeis, principalmente o disclosure socioambiental, podem ser percebidos como legítimos e eficientes, influenciando assim em um eventual isomorfismo institucional nos relatórios anuais e de sustentabilidade destas organizações.

3. O disclosure socioambiental e os relatórios anuais e de sustentabilidade

As informações evidenciadas nos relatórios contábeis devem revestir-se dos atributos da comparabilidade, compreensibilidade, relevância e confiabilidade para que se tornem úteis no processo decisório (Resolução CFC 1.121/08). Hendriksen e Van Breda (2007) apontam para a necessidade de se responder três questões que devem ser respondidas com relação à evidenciação: a) a quem deve ser divulgada a informação? b) qual a finalidade da informação? e c) quanta informação deve ser divulgada. Estas questões também devem permear a discussão da evidenciação dos relatórios anuais e de sustentabilidade, dada a relevância destes para o processo decisório e para as demais partes interessadas nas informações das organizações.

No Brasil, algumas organizações vêm desempenhando um relevante papel com relação ao estabelecimento de orientações para a evidenciação de informações socioambientais. Dentre estas, destaque-se o Instituto Ethos, cuja missão é “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”. Este instituto orienta as empresas com relação à Responsabilidade Social Empresarial – RSE, discutindo a importância da transparência das ações promovidas pelas empresas com relação às questões sociais e aos recursos ambientais impulsionando um desenvolvimento sustentável da sociedade. Para cumprir este objetivo o Instituto Ethos criou os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, cujos temas abordam valores, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo e sociedade.

Com atuação neste mesmo cenário, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, criado em 1981, tem contribuído para o estabelecimento de diretrizes para publicação de informações sociais e ambientais. A estrutura indicada para o Balanço Social proposto pelo IBASE das empresas contempla: indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Todavia, vale destacar que existe um maior detalhamento para as informações de natureza social do que as de cunho ambiental.

Também, no sentido de estabelecer procedimentos para a divulgação de informações sociais e ambientais o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T-15 em 2004. Esta norma estabelece que as informações evidenciem os gastos relacionados com recursos humanos, com a sociedade e com o meio ambiente, que para fins desta pesquisa foram denominados de: (a) Indicadores Sociais Internos (ISI): contemplam a evidenciação de informações com os gastos com remuneração de funcionários e encargos sociais, benefícios, movimentação de funcionários e estagiários,

participação nos lucros, descrição por gênero, faixa etária e nível de escolaridade, entre outros; (b) Indicadores Sociais Externos (ISE): contemplam a evidenciação de informações sobre a relação com a comunidade, os gastos em educação, cultura, saneamento, infraestrutura, esportes e lazer; (c) Indicadores Ambientais (IA): contemplam a evidenciação de informação sobre os programas e projetos de recuperação ambiental, gastos com educação ambiental de funcionários e comunidade, quantidade de processos ambientais e os seus respectivos valores, riscos ambientais, passivos contingentes, dentre outros.

Com um escopo maior e com o propósito de contribuir e incentivar a elaboração dos relatórios de sustentabilidade foram criadas diretrizes pela Global Reporting Initiative (GRI). O GRI é uma organização baseada em rede com a participação de várias instituições em todo o mundo para discutir aspectos relacionados à sustentabilidade por meio da divulgação transparente das ações das empresas. Dentre alguns dos benefícios apontados pelo GRI para adoção das diretrizes na elaboração do relatório de sustentabilidade está: demonstrar comprometimento organizacional para o desenvolvimento sustentável, demonstrar iniciativas de voluntariado das empresas, demonstrar respeito às leis. Um dos propósitos do GRI é incentivar uma abordagem padronizada o que irá beneficiar que se utiliza de forma semelhante deste relatório para verificar o desempenho das organizações.

Segundo a GRI (2000, p.3), elaborar relatórios de sustentabilidade “é a prática de medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável”. Este relatório tem o objetivo de “descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social, entre outros”.

As diretrizes criadas pela GRI estão divididas em duas partes, sendo que a primeira parte deve conter a definição de conteúdo, a qualidade e o limite do relatório. Estes itens contribuem para a organização identificar as expectativas dos usuários, no que deve e o quanto ser evidenciado. A segunda parte do relatório deve conter o perfil da organização, as formas de gestão e os indicadores sobre o desempenho econômico, social e ambiental. A adesão às diretrizes da GRI é voluntária e desde que criadas têm aumentado o número de empresas que adotam tal metodologia para a divulgação de informações da organização. Assim, justifica-se a escolha de um indicador que verificasse o nível de atendimento às diretrizes da GRI neste trabalho, além dos indicadores estabelecidos pela NBC T-15, que também estão presentes como recomendação nas diretrizes da GRI.

4. Procedimentos metodológicos

Para cumprir os objetivos estabelecidos por este trabalho inicialmente foi realizada uma pesquisa na Revista Exame Maiores e Melhores buscando as empresas que exploram a atividade de mineração que tiveram os maiores volume de vendas no ano de 2009. Nesta etapa foram listadas dezesseis empresas na ordem de volume de vendas: Vale S.A.; Alunorte Alumina do Norte Brasil S.A.; Samarco Mineração S.A.; Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração; Nacional Minérios S.A.; Magnesita Refratários S.A.; Bhp Biliton Metais S.A.; Votorantin Metais Zinco S.A.; Mineração Maracá Indústria e Comércio S.A.; Mineração Rio Norte S.A.; Votorantin Metais Níquel S.A.; Anglo Gold Ashanti Brasil Mineração Ltda; Mineração Caraíba S.A; Sama – Minerações Associadas S.A.; Mineração Serra Grande S.A.; Urucum Mineração S.A.

Na próxima etapa foram coletados os relatórios anuais ou de sustentabilidade disponíveis no site de cada empresa do ano de 2005 até o ano de 2009. Por motivo de acessibilidade aos dados desejados foram selecionadas as seguintes empresas: Vale; Alunorte; Samarco; Magnesita; Bhp Biliton; Mineração Maracá; Mineração Rio Norte; Anglo Gold Ashanti e Nacional Mineração. Vale destacar que dentre essas as empresas BHP Biliton,

Mineração Maracá e Anglo Gold Ashanti possuem controle de empresas estrangeiras. Foram analisados 45 relatórios para o período definido, sendo analisada a existência da evidenciação das informações para cada grupo de indicadores estabelecidos pela pesquisa e o atendimento às orientações da NBC T-15 e das Diretrizes para Elaboração do Relatório de Sustentabilidade emitido pela GRI.

Para verificar o volume de informação relacionado com o conteúdo socioambiental foram separados quatro indicadores, conforme anteriormente descritos ISI, ISE, IA e, ainda foi acrescido um indicador denominado de GRI, cujo objetivo era verificar o nível de atendimento às diretrizes estabelecidas por este órgão. Para cumprir esta etapa foram construídas questões para cada grupo de indicadores, que podem ser observadas no Quadro 1, com objetivo de verificar a evidenciação ou não das informações, convertendo as respostas em variáveis *dummy*. Atribui-se código 1 para as respostas positivas e 0 para as respostas negativas. Posteriormente, foram somadas as quantidades de respostas positivas, que serviu como parâmetro para verificação do volume de informação evidenciada em cada um dos quadrantes. Assim, quanto maior a quantidade de evidenciações individuais em cada quadrante maior o valor atribuído para cada grupo de indicador.

<p>Análise de Indicadores Sociais Internos (ISI) Evidencia a remuneração média dos funcionários? Evidencia os gastos com encargos sociais? Evidencia os gastos com alimentação e transporte? Evidencia os gastos com previdência privada e saúde? Evidencia os gastos com segurança e medicina do trabalho? Evidencia os gastos com educação e cultura? Evidencia os gastos com desenvolvimento profissional? Evidencia os gastos com creches ou auxílio creche? Evidencia informação das participações nos lucros? Evidencia a movimentação de funcionários (admissão, demissão de funcionários e estagiários)? Evidencia quantidade de funcionários por gênero, faixa etária, nível de escolaridade? Evidencia informações com relação a causas trabalhistas?</p>	<p>Análise de Indicadores Sociais Externos (ISE) Evidencia gastos com educação? Evidencia gastos com cultura? Evidencia gastos com saneamento? Evidencia gastos com saúde? Evidencia gastos com esporte e lazer?</p>
<p>Análise de Indicadores ambientais (IA) Evidencia os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente? Evidencia os investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados? Evidencia os investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade? Evidencia os investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade? Evidencia os investimentos e gastos com outros projetos ambientais? Evidencia a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade? Evidencia impactos ambientais negativos / riscos ambientais? Evidencia o valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente? Evidencia informações sobre passivos e contingências ambientais?</p>	<p>Análise de Atendimento as Diretrizes do GRI (GRI) Evidencia a estratégia e análise? Define os parâmetros do relatório? Evidencia sobre governança, compromissos e engajamento? Evidencia as formas de gestão? Evidencia o resultado econômico? Evidencia Informações sobre a gestão de materiais, energia, água, biodiversidade, emissões de resíduos, produtos e serviços, transportes, outros? Evidencia informações sobre práticas trabalhistas e trabalho decente? Evidencia informações sobre os direitos humanos? Evidencia informações sobre a sociedade? Evidencia informações sobre a responsabilidade pelo produto?</p>

Quadro 1. Questões formuladas para cada grupo de indicadores

Fonte: Elaboração própria adaptado da NBC T-15 e Manual de Diretrizes do GRI (2000).

Para analisar os dados foi utilizada como ferramenta estatística a análise de variância com a comparação das médias obtidas para cada indicador estabelecido pela pesquisa. Na opinião de Bruni (2009, p. 213) “esta técnica consiste em um teste de hipóteses para igualdade de médias, verificando se determinados fatores produzem mudanças sistemáticas em algumas

variáveis relevantes no estudo”. De acordo com Field (2009), a vantagem da utilização da análise de variância é a possibilidade de análise proporcionada quando existem muitas variáveis independentes na pesquisa.

A partir da comparação das médias com relação ao volume de informação evidenciada nos relatórios anuais e de sustentabilidade, pôde-se investigar se existia a presença do isomorfismo com relação aos itens que compõem cada indicador e, em seguida, identificar se havia um processo isomórfico para cada grupo a partir do total indicado pela quantidade de respostas positivas verificado para cada item.

Para processar esta análise de variância, comparação das médias e obter os resultados foi utilizado o software *Statistical Package for Social Sciences - SPSS®* versão 15. A próxima seção discute e analisa os resultados obtidos.

5. Análise e Discussão dos Resultados

A Tabela 1 evidencia a evolução anual das médias para cada item que compõe o grupo dos Indicadores Sociais Internos (ISI). Por meio da análise comparativa pode-se verificar que de uma forma geral houve um gradativo aumento na evidenciação de informações com relação ao corpo de funcionários e os benefícios disponibilizados pelas empresas. Analisando a variação das médias no período entre 2005 e 2009 percebe-se que os itens que sofreram menor variação foram às informações com os gastos com creches e auxílio creche e informações com relação a causas trabalhistas. Por outro lado, as informações com relação aos gastos com educação e cultura dos funcionários e a movimentação dos funcionários foram os que possuíram maior variação.

Tabela 1. Estatísticas descritivas dos Indicadores Sociais Internos.

Item evidenciado	2005		2006		2007		2008		2009	
	\bar{x}	s								
Remuneração Média dos Funcionários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos com Encargos Sociais	0,22	0,44	0,22	0,44	0,22	0,44	0,44	0,53	0,44	0,53
Gastos com Alimentação e Transporte	0,56	0,53	0,67	0,50	0,78	0,44	0,78	0,44	0,78	0,44
Gastos com Previdência Privada e Saúde	0,78	0,44	0,78	0,44	0,78	0,44	1,00	-	1,00	-
Gastos com Segurança e Medicina do Trabalho	0,89	0,33	0,89	0,33	0,89	0,33	0,89	0,33	0,89	0,33
Gastos com Educação e Cultura	0,44	0,53	0,44	0,53	0,78	0,44	0,89	0,33	0,89	0,33
Gastos com Desenvolvimento Profissional	0,56	0,53	0,78	0,44	0,89	0,33	0,89	0,33	0,89	0,33
Gastos com Creches ou Auxílio Creche	0,11	0,33	0,22	0,44	0,22	0,44	0,22	0,44	0,22	0,44
Informação das participações nos lucros	0,44	0,53	0,56	0,53	0,56	0,53	0,67	0,50	0,67	0,50
Movimentação de funcionários (admissão, demissão de funcionários e estagiários)	0,33	0,50	0,44	0,53	0,44	0,53	0,78	0,44	0,78	0,44
Quantidade de funcionários por gênero, faixa etária, nível de escolaridade	0,11	0,33	0,22	0,44	0,33	0,50	0,44	0,53	0,44	0,53
Informações com relação a causas trabalhistas	0,11	0,33	0,11	0,33	0,11	0,33	0,22	0,44	0,22	0,44

Este aumento nos itens que compõem os ISI revela-se congruente com a Teoria da Legitimidade. Os funcionários representam um grupo de usuários interessados na informação contábil, principalmente nas informações sociais com implicações diretas sobre este grupo. Assim, com a divulgação destas informações as empresas procuram ser percebidas como legítimas reduzindo assim as pressões dos funcionários por melhores condições de trabalho, uma vez que as organizações já evidenciam as ações em favor deste grupo. Além disso, pode-se indicar que o acréscimo no nível evidenciação desses indicadores contribui também para melhores negociações com centrais sindicais e outras representações funcionais.

Analisando o desvio padrão dessa amostra percebe-se, de forma generalizada, que o comportamento das empresas com relação à média é heterogêneo. Assim, pode-se inferir que não há um padrão no volume de informações com relação a estes indicadores. Conforme indicado por Beets e Souther (1999) não é observado com relação às informações sociais e ambientais uma uniformidade, o que dificulta uma análise comparativa entre as empresas do mesmo ramo de atividade, implicando uma maior complexidade no processo decisório dos investidores e outros interessados.

Já na Tabela 2 pode ser observado o comportamento dos itens que compõem os Indicadores Sociais Externos (ISE). Pôde-se verificar que os itens que tiveram menor variação foram os indicadores com os gastos com educação e saúde, já os itens com maior variação foram os gastos com cultura, esporte e lazer. Todavia, isso não implica dizer que estes últimos tiveram maior volume de evidenciação neste período, pois os itens com maior média de divulgação referiram-se às informações com relação aos gastos de educação e cultura. Assim, pode-se inferir que estes são os que possuem maior influência sobre as comunidades que desfrutam de tais benefícios proporcionados pelas empresas.

Tabela 2. Estatísticas descritivas dos Indicadores Sociais Externos.

Item evidenciado	2005		2006		2007		2008		2009	
	\bar{x}	s								
Gastos com educação	0,89	0,33	0,89	0,33	0,89	0,33	1,00	-	1,00	-
Gastos com cultura	0,67	0,50	0,67	0,50	0,89	0,33	1,00	-	1,00	-
Gastos com saneamento	0,11	0,33	0,22	0,44	0,22	0,44	0,33	0,50	0,33	0,50
Gastos com saúde	0,44	0,53	0,44	0,53	0,44	0,53	0,56	0,53	0,56	0,53
Gastos com esporte e lazer	0,22	0,44	0,33	0,50	0,33	0,50	0,56	0,53	0,56	0,53

Apesar de alguns itens sofrerem uma menor variação, verifica-se que todos os indicadores de forma generalizada tiveram uma elevação no período analisado. Estes resultados também apresentam consonância com as pesquisas desenvolvidas por Aerts e Cormier (2009), onde informações de caráter social externo têm impacto direto sobre a imagem institucional das organizações. Adicionalmente, estes resultados também apresentam convergência com as pesquisas de Cho e Patten (2006) indicando que informações dessa natureza representam um importante instrumento na legitimidade destas empresas perante a sociedade.

A evolução dos indicadores ambientais pode ser verificada na Tabela 3 e evidencia resultados relevantes. A elevação no nível de evidenciação identificada nos indicadores sociais, também pode ser apurada nos indicadores ambientais. No período analisado houve um aumento significativo de informações ambientais, assim, percebe-se que os resultados obtidos caminham na mesma direção das evidências empíricas fornecidas nos trabalhos de Gray, Walters, Bebbington (1995), Deegan e Rankin (1996), Deegan e Gordon (1996), Patten (1992) e outros que de forma geral indicam que as informações ambientais contribuem para a melhoria da percepção da imagem institucional. Assim, de acordo com a Teoria da Legitimidade as empresas podem operar no ambiente onde estão inseridas com menores custos e com redução da pressão sobre elas.

Outro fator que há de ser destacado é que as menores médias obtidas entre os indicadores ambientais são com relação aos impactos ambientais negativos, riscos ambientais e informações sobre passivos e contingências ambientais. Conforme discutido por Deegan e Rankin (1996) as empresas são mais propensas a apresentar informações em seus relatórios ambientais que sejam favoráveis à sua imagem corporativa, e tendem a omitir informações de natureza negativa que possam impactar em sua legitimidade perante a sociedade.

Tabela 3. Estatísticas descritivas dos Indicadores Ambientais.

Item evidenciado	2005		2006		2007		2008		2009	
	\bar{x}	s								
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	0,78	0,44	0,89	0,33	0,89	0,33	1,00	-	1,00	-
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	0,33	0,50	0,33	0,50	0,78	0,44	0,89	0,33	0,89	0,33
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	0,33	0,50	0,44	0,53	0,56	0,53	0,78	0,44	0,78	0,44
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	0,44	0,53	0,44	0,53	0,44	0,53	0,67	0,50	0,67	0,50
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	0,89	0,33	0,89	0,33	0,89	0,33	0,89	0,33	0,89	0,33
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0,44	0,53	0,33	0,50	0,44	0,53	0,44	0,53	0,44	0,53
Impactos ambientais negativos ou riscos ambientais	0,44	0,53	0,44	0,53	0,44	0,53	0,67	0,50	0,67	0,50
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa ou judicialmente	0,22	0,44	0,22	0,44	0,22	0,44	0,33	0,50	0,33	0,50
Informações sobre passivos e contingências ambientais	0,11	0,33	0,22	0,44	0,11	0,33	0,11	0,33	0,11	0,33

Outra análise que merece atenção é o alto desvio padrão apresentado com relação à maioria dos indicadores ambientais. Este resultado evidencia a ausência de padronização com relação ao volume de informações dessa natureza. Na opinião de Nossa (2002) essa falta de padronização dificulta a análise comparativa entre empresas que são mais conscientes da sua intervenção com relação ao meio ambiente. Assim, indica-se a necessidade da discussão de uma provável regulação para evidenciação de informações ambientais.

Tabela 4. Estatísticas descritivas dos Indicadores GRI.

Item evidenciado	2005		2006		2007		2008		2009	
	\bar{x}	s								
Estratégia e análise	0,11	0,33	0,56	0,53	0,56	0,53	0,56	0,53	0,56	0,53
Definição dos parâmetros do relatório	0,44	0,53	0,67	0,50	0,78	0,44	0,78	0,44	0,78	0,44
Governança, compromissos e engajamento	0,56	0,53	0,67	0,50	0,78	0,44	0,89	0,33	0,89	0,33
Formas de gestão	0,56	0,53	0,56	0,53	0,67	0,50	0,67	0,50	0,78	0,44
Resultado econômico	0,67	0,50	0,89	0,33	0,89	0,33	1,00	-	1,00	-
Gestão de materiais, energia, água, biodiversidade, emissões de resíduos, produtos e serviços, transportes, outros.	0,44	0,53	0,67	0,50	0,78	0,44	0,78	0,44	0,78	0,44
Práticas trabalhistas e trabalho decente	0,33	0,50	0,33	0,50	0,33	0,50	0,44	0,53	0,44	0,53
Direitos humanos	-	-	0,22	0,44	0,44	0,53	0,56	0,53	0,56	0,53
Sociedade	0,89	0,33	0,89	0,33	0,89	0,33	1,00	-	1,00	-
Responsabilidade pelo produto	0,33	0,50	0,78	0,44	0,67	0,50	0,78	0,44	0,78	0,44

A Tabela 4 sumariza os resultados obtidos com a análise que buscou investigar o atendimento às diretrizes estabelecidas pelo GRI. Verificou-se que as médias apresentadas foram maiores do que as observadas com relação aos outros indicadores. Isso revela uma tendência das empresas mineradoras em adotar as recomendações para a elaboração dos

relatórios anuais e de sustentabilidade. Este fator pode ser explicado porque a maioria destas empresas desenvolve relações comerciais com outros países, e a proposta de relatório indicada pelo GRI já é aceita por muitas instituições e organismos internacionais.

Os resultados obtidos na Tabela 4 são convergentes com as evidências fornecidas por Clarkson et al. (2007) de que existe uma correlação positiva entre o nível de divulgação de relatórios socioambientais e relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes do GRI e o desempenho empresas americanas. Assim, as empresas que possuem melhores desempenhos tendem a evidenciar mais de acordo com os princípios estabelecidos pelo GRI.

A Tabela 5 destaca os resultados obtidos dos indicadores a partir dos totais obtidos de respostas positivas para cada item que compõem esses grupos. Verificou-se que o valor médio dos indicadores GRI são maiores do que os demais itens, pelo fato da existência de instruções disponíveis sob forma de manual e que, de maneira detalhada, estabelecem como elaborar o relatório anual e de sustentabilidade.

Tabela 5. Estatísticas descritivas dos grupos de indicadores.

Valor médio do item evidenciado	2005		2006		2007		2008		2009	
	\bar{x}	s								
ISI	0,38	0,16	0,44	0,19	0,50	0,20	0,60	0,17	0,60	0,17
ISE	0,47	0,28	0,51	0,25	0,56	0,30	0,69	0,25	0,69	0,25
IA	0,44	0,25	0,47	0,28	0,53	0,28	0,64	0,25	0,64	0,25
GRI	0,43	0,27	0,62	0,33	0,68	0,35	0,74	0,30	0,76	0,28

Por fim, a Tabela 6 apresenta os resultados da análise de variância para os indicadores no período analisado. Os resultados obtidos permitem inferir a existência de um processo isomórfico entre os indicadores sociais internos e externos, pois apresentam grau de significância maior que 0,05, ou seja, permitem concluir que não existe diferença significativa entre as médias destes indicadores. Este resultado pode ser explicado pelo fato dos indicadores sociais (internos e externos) possuírem um maior grau de normatização. Os institutos Ethos e Ibase com relação à responsabilidade social empresarial indicam em suas diretrizes maiores detalhes para as informações de natureza social do que as de natureza ambiental. Assim, é possível supor um provável isomorfismo normativo, quando estabelecido por órgãos de classe ou que estabelecem normas e procedimentos profissionalizantes. Apesar da NBC T-15 estabelecer os procedimentos para evidenciação de natureza social e ambiental, existe uma necessidade de maior discussão quanto à regulação e padronização desses relatórios.

Tabela 6. Resultados das análises de variância.

Grupo de indicadores	2005		2006		2007		2008		2009	
	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.
ISI	1,36	0,22	1,87	0,07	2,15	0,04	1,40	0,21	1,40	0,21
ISE	1,80	0,11	1,25	0,30	2,08	0,06	1,53	0,18	1,53	0,18
IA	2,74	0,01	3,38	0,00	3,57	0,00	2,78	0,01	2,78	0,01
GRI	3,60	0,00	7,43	0,00	10,39	0,00	7,39	0,00	6,38	0,00

Já com relação aos indicadores ambientais e os indicadores de atendimento ao relatório do GRI percebe-se um comportamento heterogêneo. Assim, não se pode verificar com relação a estes dois itens uma presença de isomorfismo. A análise de significância permitiu verificar que existia diferença significativa entre as médias de evidenciação com relação a estes dois indicadores.

6. Considerações Finais

Este artigo buscou investigar uma eventual presença de isomorfismo nos relatórios socioambientais das empresas que exploram a atividade de mineração, mediante o estabelecimento de quatro indicadores, sendo três deles extraídos de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade T – 15 e, em consonância, com as recomendações dos institutos Ethos e Ibase. Além desses, essa pesquisa elencou mais um indicador para verificar o atendimento às diretrizes do *Global Reporting Initiative* – GRI. Adicionalmente, esta pesquisa investigou o nível de isomorfismo dos relatórios anuais e de sustentabilidade são isomórficos no período de 2005 a 2009 das empresas do setor de mineração.

Os resultados obtidos permitiram confirmar parcialmente a presença de um processo isomórfico entre os relatórios anuais e de sustentabilidade. O isomorfismo pode ser verificado em dois grupos de indicadores, apresentados como sociais internos e sociais externos. Os resultados não identificaram a presença de um processo isomórfico nos indicadores ambientais e nos indicadores do GRI. Estes resultados podem ter sido influenciados por uma maior percepção das empresas sobre a normatização de aspectos sociais.

Os resultados também fornecem evidências consistentes com outros trabalhos de pesquisas, no que diz respeito à variabilidade no volume de informações ambientais, o que dificulta a comparação para os investidores e demais *stakeholders* das empresas que estão intervindo de forma mais acentuada no meio ambiente, e crescendo de forma sustentável, conforme recomenda as diretrizes do *Global Reporting Initiative*.

Assim, este trabalho contribui para a discussão da necessidade de uma padronização no que diz respeito a evidenciação de informações socioambientais de forma mais transparente e comparável. Sugere-se a aplicação desta pesquisa em outras empresas que exploram atividades com capacidades diferentes de gerar impactos socioambientais para verificar comparativamente o volume de informações evidenciadas. Além disso, indica-se a investigação de um processo isomórfico por classes, ou seja, por porte de empresas, por localização, entre outros, que também contribuiria para fornecer evidências para a discussão da Teoria da Legitimidade no processo de divulgação voluntária de informações socioambientais.

Referências

ADAMS, C. A.; HILL, W.; ROBERTS, C. B. Corporate social reporting practices in Western Europe: legitimating corporate behaviour? **British Accounting Review**. Vol 30, p. 1-21. 1998.

AERTS, W.; CORMIER, D. Media legitimacy and corporate environmental communication. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 34, p. 1-27. 2009.

BEETS, S. D.; SOUTHER, C. C. Corporate environment reports: the need for standards and an environmental assurance service. **Accounting Horizons**. Vol. 13, n. 2, p. 129-145. 1999.

BROWN, N.; DEEGAN, C. The public disclosure of environmental performance information: a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory. **Accounting and Business Research**. Vol. 29, n. 1, p. 21-41. 1999.

BRUNI, A. L. **SPSS aplicado à pesquisa acadêmica**. São Paulo: Atlas, 2009.

CHO, C. H; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 32, p. 639-647. 2007.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC 1.003 de 19.08.2004**. NBC T 15. Informações de natureza social e ambiental. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>> Acesso em: 02.07.2010.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC 1.121 de 28.03.2008**. Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: < <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>> Acesso em: Acesso em: 02.07.2010.

CLARKSON, P. M. et al. Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: an empirical analysis. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 33, p. 303-327. 2008.

DEEGAN, C.; BLOMQUIST, C. Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 31, p. 343-372. 2006.

DEEGAN, C.; GORDON, B. A study of the environmental disclosures practices of Australian corporations. **Accounting and Business Research**. Vol. 26, n. 3, p. 187-199. 1996.

DEEGAN, C.; RANKIN, M. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosure by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority. **Accounting, Auditing e Accountability Journal**. Vol. 9. p. 50 – 67. 1996.

DEEGAN, C.; RANKIN, M. The environmental reporting expectations gap: Australian evidence. **British Accounting Review**. Vol. 31, p. 313-346. 1999.

DIAS FILHO, J. M. **Novos Delineamentos teóricos em contabilidade** in FILHO, José Francisco Ribeiro Filho; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. (Org.). *Estudando Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS FILHO, J. M.; MACHADO, L. H. B. **Abordagens da pesquisa em contabilidade** in IUDÍCIBUS, Sergio de; LOPES, Alexsandro Broedel. *Teoria avançada da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2008.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**. Vol. 48. April: 147 – 160. 1983.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

DOWLING, J; PFEFFER, J. Organizational legitimacy: social values and organizational behavior. **Pacific Sociological Review**. Vol. 18, p. 122–136. 1975.

EXAME. **As 1000 maiores empresas do Brasil**. Exame Melhores e Maiores. 2009. Disponível em: <<http://mm.portalexame.abril.com.br>> Acesso em: 27.06.2010.

FIELD, A. **Descobrendo a estatística usando o SPSS**. 2 ed. São Paulo: Artmed, 2009.

GIBSON, R.; GUTHRIE, J. Recent environmental disclosures in annual reports of Australian public and private sector organizations. **Accounting Forum**. Vol. 19, n. 2/3, p.111-127, 1995.

GRAY, R. Accounting and environmentalism: an exploration of the challenge of gently accounting for accountability, transparency and sustainability. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 17, n. 5, p. 399–426. 1992.

GRAY, R. et al. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**. Vol. 8, p. 47-77. 1996.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J.; WALTERS, D. **Accounting for the environment**. London: Paul Chapman in Association with the Chartered Association of Certified Accountants. 1993.

GRAY, R.; WALTERS, D; BEBBINGTON, J. The greening of enterprise: An exploration of the (non) role of environmental accounting and environmental accountants in organizational change. **Critical Perspectives on Accounting**. Vol. 6, p. 211–239. 1995.

GRI - GLOBAL REPORTING INICIATIVE. **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade**. Disponível em <<http://www.globalreporting.org>> Acesso em:

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. Vol 9, n. 1, p. 77-108. 1996.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2007.

HOPWOOD, A. G. Accounting and Environment. **Accounting, Organizations and Society**. Vol 34, p. 433-439. 2009.

HOPWOOD, A. G.; MILLER, P. **Accounting as social and institutional practice**. New York: Cambridge University Press, 1994.

ETHOS. **Instituto Ethos de Empresas de Responsabilidade Social**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 04.07.2010.

IBASE. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso em: 04.07.2010.

LINDBLOM, C. **The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure**. Paper presented at the Critical Perspectives on Accounting Conference, New York, 1994.

MATHEWS, M. R. **Socially responsible accounting**. London: Chapman and Hall, 1993.

MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, 1977.

NASCIMENTO, A. R. et al. Disclosure Social e Ambiental: análises das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Universidade Federal de Minas Gerais. Vol. 20, n. 1, p. 15-40. 2009.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de celulose em nível internacional**. 2002. 249 f. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo – USP, 2002.

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 15, n. 5, p. 471-475. 1992.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. **A institucionalização da teoria institucional in CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISHER, T. (org.). Handbook de estudos organizacionais**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999.